



# ANBEM passa a fazer parte da CTAS-PE



A Associação Nordestino-Brasileira de Engenheiro de Minas (ANBEM) está em festa. Isso porque a entidade passa oficialmente a fazer parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco (CRH-PE) e vai ocupar um assento na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS. Esse foi um dos mais importantes compromissos do Plano de Trabalho da atual gestão da ANBEM, comandada pelo Engenheiro de Minas José Amaro Sereno Filho.

O Conselho reconheceu o importante papel da Associação e publicou a Resolução CRH nº 02 /11 de 20/07/2011, que altera a composição da CTAS e torna a ANBEM membro do seletivo grupo de trabalho. “Vamos levar sugestões técnicas e científicas para ajudar na gestão dos recursos hídricos do estado. Sentimos-nos honrados com a nomeação e ao mesmo tempo conscientes da nossa responsabilidade a

partir de agora”, comemora Sereno Filho que ainda não escolheu quem vai representar a ANBEM no CTAS.

A Câmara tem a função de auxiliar o CRH na elaboração de pareceres técnico-científicos que, muitas vezes, resultam em leis e decretos regulamentares da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos. “Pernambuco vem sofrendo ao longo dos anos uma exploração desordenada das águas subterrâneas. Dessa forma, é fundamental a atuação da CTAS no sentido de contribuir com a preservação dos recursos hídricos e vamos ajudar nessa missão”, explica José Amaro Sereno Filho.

A Lei 12.984, de 30 de dezembro de 2005, conhecida como Lei das Águas, dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos e cria o Sistema Integrado de Gerenciamento desses recursos. “Diante das inúmeras responsabi-

lidades exigidas pela Lei, torna-se indispensável a participação ativa do CTAS-PE para que, utilizando-se a experiência de seus membros, possamos planejar ações práticas no sentido de controlar a exploração dos aquíferos”, pontua o secretário de recursos hídricos de Pernambuco (SRH-PE), João Bosco de Almeida.

Entenda a outorga do direito da água. Em Pernambuco, a outorga e o licenciamento ambiental tramitam de forma paralela. O interessado solicita ambos ao mesmo tempo junto a CPRH, que encaminha cópia a SRH-PE para análise técnica. No caso de perfuração de poços, a SRH emite um Parecer de Viabilidade de Exploração (PVE), que é enviado à CPRH, que por sua vez emite a Licença de Instalação, válida por 30 dias. Somente a partir daí, é que o proprietário pode requerer a Licença de Operação.

# ANBEM firma convênio com o IPOG Recife



Por meio de uma parceria firmada entre a Associação Nordeste-Brasileira de Engenheiros de Minas (ANBEM) e o Instituto de Pós Graduação do Recife (IPOG), ficará mais fácil para os sócios da ANBEM a busca por uma maior qualificação técnica e científica. O IPOG é uma Instituição de Ensino Superior (IES), focada em oferecer cursos de excelência, que atendam as exigências do mercado, fundamentados na valorização do ser humano, ao enxergá-lo como fonte de riqueza e transformação.

Com a medida, a partir de agora O IPOG oferece redução considerável na mensalidade dos cursos aos associados da ANBEM. “Essa é uma excelente oportunidade para quem quer se firmar ainda mais no mercado. Para isso é imprescindível aprimorar os conhecimentos e torná-los aplicáveis”, comentou o representante do IPOG, Georgios Tsicalas, durante a oficialização do convênio.

Os cursos oferecidos pelo IPOG abrangem as mais diversas áreas, como por exemplo, Engenharia, Gestão Ambiental, Tecnologia da Informação, etc. “Tenho

certeza que essa parceria vai trazer bons frutos para nossos associados. O mercado está cada vez mais exigente e precisamos atender as novas demandas por mão de obra qualificada”, comentou o presidente da ANBEM José Amaro Sereno Filho.

## Palestras e cursos.

Outra novidade comemorada pela ANBEM nos últimos dias foi a realização da primeira palestra técnica realizada sob a batuta da nova gestão. O tema da conferência foi “Planta Móvel de Britagem - Locotrack”. Durante o encontro, os engenheiros da Britamaq falaram sobre o processo primário de cominuição, que é a britagem, e explanaram suas diversas etapas, até a fabricação de areia.

A BRITAMAQ é uma empresa de representação que está em operação desde 2005. Sua sede fica localizada na capital do estado de Pernambuco, Recife. Atualmente, atua nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, de forma exclusiva na representação da METSO (PB, PE e AL), TEREX (RN, PB, PE e AL) e BTK (RN, PB e PE).



## COLUNA DO PRESIDENTE

### Faxina moral e ética na política brasileira: parabéns Presidente Dilma!

Desde que iniciou o seu governo, a presidente Dilma demitiu cinco dos seus ministros. Tivemos dias nebulosos em pastas como Turismo e Agricultura, sem falar na Casa Civil, onde Palloci dava as cartas e foi “convidado” a se retirar do governo. Estamos vivendo a chamada “faxina ética” governamental. Alias a palavra “ética” parece está bem longe das ações práticas daqueles que foram escolhidos para compor o primeiro escalão do atual governo brasileiro.

É lamentável a ausência de escrúpulos de alguns ministros. O “bom velhinho”, Pedro Novais, do Turismo que o diga, pagando farra em motel com o nosso dinheiro. Wagner Rossi, da Agricultura, vivia recebendo “favores” de empresários do setor. O que me causa maior desassossego é perceber que toda essa lama está virando rotina e que, se forem investigar de fato ou então limpar o planalto, Dilma corre um sério risco de ficar sem ministros ou, talvez pior, sem a tal da governabilidade.

A corrupção é uma praga que prejudica principalmente o trabalhador, que paga seus tributos e necessita que este dinheiro seja revertido em escolas, hospitais, transporte, etc. Por falar em Transporte, esse é mais um setor que foi alvo da limpeza moral que segue sendo feita em Brasília. É preciso que fiquemos atentos a todas essas mazelas que vêm acometendo o governo federal, pois o perigo é iminente e até mesmo o Poderoso Chefão José Dirceu já articula, pelas sombras, na calada da noite, suas próximas ações na capital federal.

Comenta-se que a falta de decoro de altos membros do governo vem causando certo desconforto à cúpula petista, que pretendia dobrar a presidente Dilma e mandar mais do que ela na administração do país. Toda essa celeuma mais parece uma confeitaria, digna da máfia italiana, onde Dilma Rousseff fica entre a cruz e a espada e já não sabe quem é amigo ou inimigo. Pelo jeito, ela segue a risca a receita siciliana de manter os amigos por perto e os inimigos mais perto ainda.

Ah, só lembrando, caso tenhamos entre os leitores algum “ministeriável”, ética, segundo o dicionário Aurélio, é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Em outra definição encontramos o verbete como o conjunto de normas de comportamento e formas de vida através do qual o homem tende a realizar o valor do bem. É do bem, e não dos “bens”, entenderam a diferença?

# Governo quer nova taxa para mineração



O Ministério de Minas e Energia negocia com a Fazenda um novo tributo sobre a exploração de alguns recursos minerais. A ideia em discussão é cobrar "participação especial", a exemplo do setor de petróleo, sobre os empreendimentos de maior rentabilidade. O objetivo era apresentar ontem a proposta à presidente, Dilma Rousseff, mas a reunião para alinhar o novo código da mineração acabou sendo adiada e será retomada nesta semana.

O Ministério da Fazenda tem resistências à ideia sob argumento de que a cobrança afeta a competitividade do setor no mercado internacional, o que pode prejudicar a balança comercial, cujo minério de ferro é um dos principais itens exportados. Segundo algumas fontes do setor, o governo quer garantir aumento de receita e dar uma destinação "socialmente mais justa" a essa riqueza.

Pela proposta inicial, a cobrança de participação especial atingiria

somente grandes empreendimentos, o equivalente a 25% de todas as concessões públicas hoje vigentes no país. Se adotada, afetaria as principais mineradoras do país, como a Vale.

Uma das alternativas discutidas é a instituição de um fundo específico para financiar municípios indiretamente atingidos pela exploração mineral. Esse fundo seria bancado com parte da receita destinada à União.

A participação especial poderia ser aplicada sobre a receita bruta da produção de minério, deduzindo investimentos de exploração e custos operacionais.

Se aprovada, funcionaria também como um contrapeso à proposta de aumentar somente a cobrança de royalty do setor, a chamada CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), para alguns produtos.

O setor é contra o aumento da CFEM sob o argumento de que ela prejudica a competitividade internacional. As mineradoras alegam que, apesar de os royalties no Brasil serem menores do que em outros países, a carga tributária aqui é mais elevada.

A proposta do Ministério de Minas e Energia é que a Fazenda reduza outros impostos sobre o setor para compensar o aumento da CFEM e a possível criação de uma participação especial.

Após diversos atrasos, o Executivo diz que pretende enviar o marco regulatório da mineração ao Congresso ainda no segundo semestre. Se a Fazenda impuser obstáculos, caberá à presidente Dilma decidir.

A questão dos royalties é a mais espinhosa das discussões. As empresas não querem aumento da alíquota da CFEM, hoje em torno de 2% do faturamento líquido das empresas. Para o governo, o atual cálculo dos royalties apresenta fragilidades.

# Piso profissional para engenheiros de minas



Atualmente, é grande a discussão em torno do piso salarial para o engenheiro de minas. Segundo informações do Ministério de Minas e Energia, estima-se que o profissional recém formado ganha no Brasil, em média, R\$ 1.600,00. Para saber um pouco mais sobre esse debate, o anBEM INFORMADO procurou o engenheiro de minas Rodrigo Barbosa, especialista no assunto.

anBEM – Quanto deve receber um engenheiro de minas?

Rodrigo Barbosa - O piso para engenheiros (todos) é tratado pela Lei Federal 4950-A de 1966, complementado pela Constituição de 1988. Basicamente a Lei impõe um piso mínimo de 6 salários mínimos para jornada de trabalho de 6 horas e 8,5 salários mínimos para jornadas de 8 horas. Atualmente, praticamente todos os engenheiros trabalham oito horas. A fórmula de cálculo é de 1 salário mínimo por hora trabalhada até 6 horas e 1,25 salários mínimos por hora

subseqüente. Lembro que o salário mínimo de referência é o salário bruto, cabendo os descontos do INSS e IR adequados, bem como os adicionais (além do salário base) por insalubridade, periculosidade, noturnos, benefícios, etc.

anBEM - O que pode acontecer se você assinar um contrato abaixo do piso?

RB - As pessoas jurídicas que solicitarem registro junto ao CREA precisam comprovar o pagamento do piso salarial de seus engenheiros. Caso você assine documentação fraudulenta para mascarar o seu salário, você estará cometendo uma ilegalidade sob a forma de "falsificação de documentos particulares", sendo estabelecido no art 298 do Código Penal punição com pena de 1 a 5 anos e multa. Além disso o CREA/CONFEA poderá aplicar medidas administrativas cabíveis.

anBEM – Nesse caso, o que deve ser feito?

RB - Empresas que não observam o piso salarial devem ser denunciadas ao SENGE do estado de sua atuação ou ao CREA do seu estado. Recomendo o SENGE para manter o anonimato e evitar retaliações do denunciado. A empresa será autuada e multada pelo CREA, podendo ter seus registros e licenças suspensos até regularizar a situação.

anBEM – Como ficam os autônomos?

RB - Para aqueles que realizam trabalhos de forma autônoma, é necessário consultar o CREA do estado onde será realizado o serviço para obter a tabela mínima de honorários. Nos estados onde tal tabela está devidamente homologada, a mesma possui poder legal e deve ser cumprida sem exceções. A contratação de serviços abaixo dos valores da tabela é uma infração ética que pode levar à suspensão do seu registro no CREA. É bom lembrar que honorários mínimos são MÍNIMOS por força de Lei e, portanto, inegociáveis.

## EXPEDIENTE DA ANBEM

### Presidente

José Amaro Sereno Filho

### Vice-Presidente

Werther Larrazabal da Silva Júnior

### 1º Secretário

Maviael Fernando da Silva

### 2º Secretário

Olímpia Cássia de Sá Araújo

### Tesoureiro

Nilson Jorge Pimentel Galvão Filho

### Conselho Fiscal

#### Titulares

Alberto Martins Moreira Neto

Marcelo Soares Bezerra

Francisco Lustosa de Araújo

#### Suplentes

Luiz Carlos de Souza Júnior

Aerton Zamboni Maia

Augusto César

### Representação no CREA-PE:

#### Titular

Marçal Sayão Maia

### Suplente

Jurandir Paz Landim de Castro

### Jornalista Responsável

Joffre Melo (DRT-PE 4071)

### Diagramador

Júnior Barros